

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores do Casino de Espinho estão em lay-off desde meados de janeiro, consequência das medidas de confinamento impostas para controlo da pandemia em Portugal. Acontece que no seu caso, em particular dos pagadores de banca e dos trabalhadores das salas de jogos, o lay-off representa uma redução muito significativa do seu rendimento mensal, existindo trabalhadores a perder 50% ou mais desse rendimento.

A concessionária do Casino de Espinho - grupo Solverde - pratica salários baixíssimos, mantendo quase todos os trabalhadores com salário mínimo, não refletindo nos salários nem a antiguidade, nem o facto de este ser um trabalho essencialmente feito em horário noturno e ao fim de semana, muito menos refletindo riscos de saúde a que estes trabalhadores estão expostos. Estes salários são complementados com as chamadas gratificações que os clientes deixam aos trabalhadores e que são repartidas entre eles. Esta componente variável do salário é totalmente declarada e dela são descontados 15% para o fundo de pensões e é aplicado um imposto sobre rendimentos de 10%.

Acontece que com o encerramento da atividade do Casino estas gratificações desapareceram e o lay-off abrange apenas a componente fixa do salário que é, como já se disse, apenas e só o salário mínimo nacional. Resultado: estes trabalhadores estão a perder metade ou mais do seu rendimento normal, estando em enormes dificuldades para fazer face às despesas essenciais e tendo muitas vezes de recorrer à ajuda de familiares e amigos para poder colocar comida na mesa.

A situação é dramática e exige medidas urgentes. O Governo já foi alertado para esta situação, mas nada fez até agora e com nada se comprometeu. Esta é uma situação específica e excecional e tem de ter medidas específicas e excecionais.

O princípio segundo o qual os trabalhadores não devem perder rendimento com o lay-off não está a ser respeitado e a verdade é que estamos a falar de gratificações que são inteiramente declaradas e sobre as quais os trabalhadores pagam impostos. Parece-nos da mais elementar

justiça que situação de emergência como a que o país atravessa esse pagamento tenha retorno e não se deixe os trabalhadores a pagar sozinhos a fatura da crise.

Estes trabalhadores precisam de medidas específicas e concretas para que o lay-off não represente perder a casa ou deixar de conseguir pagar as despesas mais básicas, como as da alimentação. O Governo não pode poupar à custa das vítimas da crise. Tem de ter responsabilidade perante quem vive do seu trabalho, responsabilidade acrescida quando falamos de um setor de atividade que é do Estado, ainda que se tenha optado por o concessionar.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas urgentes e imediatas vai o Governo tomar para que a estes trabalhadores, e outros na mesma situação, não seja imposto uma perda de rendimento de 50% ou mais por via do lay-off?

Palácio de São Bento, 5 de março de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)